

LEI COMPLEMENTAR nº 100/2018

Data : 19 de setembro de 2018.

Súmula: Dispõe sobre cassação de Alvará de Funcionamento de casa de diversão, boate, casa de show, hotel, motel, pensão, bar, restaurante e estabelecimentos congêneres que permitirem, mediar ou favorecerem a prostituição infantil ou a pedofilia, fizerem apologia dessas práticas, ou se omitirem em relação a elas.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Esta Lei Complementar determina e autoriza o lacre, bem como a cassação do alvará de funcionamento de qualquer tipo de estabelecimento comercial que consentir com a prática, com o incentivo, com a mediação e/ou com o favorecimento da prostituição infantil e da pedofilia e com o consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas a menores de 18 (dezoito) anos, no âmbito do município de Bandeirantes.

Parágrafo Único - Entende-se por estabelecimento comercial o conjunto de bens corpóreos e incorpóreos reunidos pelo empresário para o desenvolvimento de sua atividade econômica, ou seja, o estabelecimento comercial é o instrumento da atividade do comerciante.

Art. 2º - O estabelecimento comercial que vier a ser lacrado por descumprimento ao previsto no caput do artigo 1º desta Lei Complementar poderá ter o seu alvará de funcionamento cassado, após o devido processo administrativo instaurado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - O processo administrativo de que trata o artigo anterior será instaurado por decisão da autoridade administrativa competente, sempre que tomar ciência, por qualquer via idônea, do ato praticado por estabelecimento que exerça as atividades no âmbito do Município de Bandeirantes.

§ 1º - A autoridade administrativa competente não poderá se recusar a determinar a abertura do processo administrativo referido no artigo 2º, sob pena de responsabilização funcional, quando tiver notícia do ato praticado pelo estabelecimento por meio de requerimento escrito, endereçado ao órgão municipal competente.

§ 2º - O requerimento a que se refere o parágrafo anterior poderá ser apresentado, indistintamente, por qualquer pessoa do povo, independentemente de ser o requerente a vítima ou o responsável legal pela vítima do ato praticado.

Art. 4º - Os proprietários dos estabelecimentos a que se refere o art. 1º ficarão impedidos de atuar e constituir novas empresas nos respectivos setores de atuação por 03(três) anos a contar da cassação do alvará de funcionamento.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 19 de setembro de 2018.

Lino Martins
Prefeito Municipal